



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 17 | Nº. 32 | Jan./Jun. de 2025

Adrielle Gonçalves Santos

Universidade Federal de Viçosa / UFV.

adrielle.goncalves.ses@gmail.com

A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO NEGRO NA FORMAÇÃO SOCIOHISTÓRICA BRASILEIRA: Resistências, Lutas e Transformações.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir o papel do movimento negro na formação sócio histórica brasileira, destacando sua atuação indispensável na luta contra a desigualdade racial e sua intrínseca relação com a história do país. Discute, a partir do método materialista histórico-dialético, a resistência negra durante o período escravocrata até a ampliação do movimento no século XXI. Concluindo que, a história do movimento negro está intrinsecamente ligada à própria formação da sociedade brasileira, sendo impossível dissociar essas trajetórias.

Palavras-chave: Movimento Negro; Resistência Negra; Lutas Sociais.

ABSTRACT

This article aims to discuss the role of the Black movement in Brazil's socio-historical formation, highlighting its indispensable role in the fight against racial inequality and its intrinsic relationship with the country's history. Using the historical-dialectical materialist method, it discusses Black resistance during the slavery period up until the expansion of the movement in the 21st century. It concludes that the history of the Black movement is intrinsically linked to the very formation of Brazilian society, making it impossible to dissociate these trajectories.

Keywords: Black Movement; Black Resistance; Social Struggles.

Introdução

A luta do movimento negro no Brasil tem sido uma constante na construção da história do país, refletindo a resistência de uma população que, desde o período colonial, se viu marcada pela opressão, discriminação e exploração. Esse movimento, em suas diversas fases, acompanhou e influenciou as transformações políticas, sociais e econômicas que moldaram a nação, enfrentando desafios históricos e, ao mesmo tempo, conquistando vitórias significativas (Domingues, 2007). Assim, para compreender o movimento negro brasileiro, é essencial realizar uma análise sociohistórica das vivências da população negra ao longo do tempo.

Mas o que é o movimento negro? De acordo com Gomes (2017, p. 24), “entende-se como movimento negro as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade”. Englobando a atuação de diversos grupos, sejam políticos, acadêmicos, culturais, religiosos ou artísticos, que têm como objetivo principal combater o racismo e a discriminação racial, promover a valorização e afirmação das histórias e das culturas negras no Brasil, e superar barreiras racistas que limitam a presença de pessoas negras em diversos espaços.

Nesse interim, o objetivo deste artigo é discutir o papel do movimento negro na formação sociohistórica brasileira, destacando sua atuação indispensável na luta contra a desigualdade racial e sua intrínseca relação com a história do país. Ao longo da história, as demandas do movimento negro evoluíram, refletindo não apenas as questões raciais, mas também as questões sociais e econômicas, como a desigualdade e a busca por direitos fundamentais. Neste estudo, será abordada a trajetória do movimento negro desde o período da escravidão até os dias atuais, com ênfase nas transformações no contexto político e nas novas formas de organização e resistência que emergiram, destacando suas contribuições para a luta por igualdade racial.

Para atingir o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que, inicialmente, explora a resistência negra no Brasil colonial e escravocrata, com foco nas formas de resistência que surgiram nesse período, especialmente com a formação dos quilombos e outras práticas de insurreição contra a escravidão. Autores como Moura (2001; 2021) e Fiabani (2012) enfatizam a relevância dessas ações como

algumas das primeiras manifestações organizadas de luta contra a opressão e a marginalização da população negra no Brasil.

Em seguida, será abordado o movimento negro politicamente organizado após a abolição, ampliando a discussão para as lutas e conquistas mais recentes desse movimento. Autores como Domingues (2007; 2024), Nascimento (1978), Guimarães (2001) e Gomes (2012; 2017) destacam a complexidade e a evolução contínua do movimento negro brasileiro, evidenciando sua expansão e transformação ao longo da história.

Em vista disso, este artigo não tem a intenção de esgotar o tema nem de reconstruir toda a história do movimento negro, mas de proporcionar uma visão geral das lutas sociais que antecederam o surgimento do movimento negro brasileiro contemporâneo. Como afirma Domingues (2024, p. 4), “a história do movimento negro é integrada à história do Brasil, e não algo à parte. Isso significa que sua trajetória reflete as várias conjunturas políticas, sociais, econômicas e culturais pelas quais tem passado o país”. Por fim, o método de análise utilizado neste estudo é o materialismo histórico-dialético, que possibilita a compreensão das relações entre as condições históricas, sociais e econômicas que influenciaram a formação e o desenvolvimento do movimento negro brasileiro.

A RESISTÊNCIA NEGRA NO PERÍODO ESCRAVOCRATA

Conforme Marx e Engels (2017, p. 40), “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes”. Sob essa ótica, a estrutura que se desenvolveu com o sequestro de milhões de africanos traficados para as Américas deu origem a duas classes profundamente antagônicas no Brasil colonial escravista: os senhores de escravos e os negros escravizados. Essa relação de oposição moldou as dinâmicas sociais e subordinou todas as outras camadas sociais à lógica de exploração e dominação característica do sistema escravista (Almeida; Nascimento, 2022; Moura, 2014).

A formação sociohistórica brasileira, alicerçada em quase quatro séculos de escravização, foi marcada por profundas desigualdades e conflitos, configurando-se como um elemento estruturante da história nacional (Almeida; Nascimento, 2022). Imposto de forma coercitiva, o trabalho tornava-se um espaço de luta, onde os escravizados buscavam, mesmo que de forma passiva, preservar sua humanidade

frente à brutal coisificação imposta pelos senhores. Essa resistência, por sua vez, exigia uma contínua aplicação de castigos físicos, utilizados como ferramentas de repressão e para consolidar a submissão dos escravizados como algo natural dentro da ordem social escravista (Gorender, 2016).

De maneira análoga, como enfatizam Almeida e Nascimento (2022), mesmo diante dessa realidade, sempre houve intensa resistência da negritude, manifestada tanto em atos individuais quanto coletivos por parte dos negros escravizados. “Mesmo sob a ameaça do chicote, o negro escravizado negociava espaços de autonomia com os senhores ou boicotava a produção, quebrava propositadamente as ferramentas, incendiava as plantações [...] A lista é grande e conhecida” (Fonsêca; Silva, 2020, p. 238). Nesse contexto, a resistência dos negros escravizados ao trabalho forçado destacou-se como uma constante no sistema escravista (Gorender, 2016; Costa, 1999).

Frente à violência da classe senhorial, as primeiras experiências do movimento negro emergem a partir de diversas formas de resistência e organização, como insurreições, crimes, e ordens não cumpridas, que se configuravam como modos de protesto contra a opressão (Costa, 1999). Segundo Peregalli (2001, p. 25), “revoltas, atentados contra os senhores e seus feitores, assassinatos, suicídios, fugas... se espalharam intermitentemente por todos os cantos do território brasileiro”. Assim, essas manifestações de resistência e a luta pela liberdade tornam-se marcos iniciais na trajetória do movimento negro, refletindo a busca incessante por liberdade. Na perspectiva de Silva (2008), o negro no Brasil escravocrata, apesar de escravizado, nunca foi verdadeiramente conquistado.

Nesse interim, dentre as formas mais poderosas de resistência coletiva estão as formações dos quilombos, uma das principais formas de contestação ao sistema escravocrata, símbolo de resistência, liberdade e revolta do povo negro contra qualquer tipo de exploração, opressão e discriminação (Fonsêca; Silva, 2020; Fiabani, 2012). No Brasil colonial, os quilombos representavam não apenas resistência à escravização, mas também um local onde poderiam retomar sua liberdade, seu nome, suas culturas e tradições, representando em todo período colonial escravocrata como verdadeira estratégia de desgaste das relações escravistas no país (Moura, 2021).

Fiabani (2012) destaca que o fenômeno do quilombo nunca foi aceito pela sociedade escravista, procurando de todas as formas destruí-lo, um exemplo dessa tentativa de erradicação dos quilombos foi a luta contra os palmarinos. Quilombo dos

Palmares, o Estado Negro que se formou em Pernambuco em meados de 1630, era composto por negros fugitivos organizados em sociedades autossuficientes. Palmares, assim como todo quilombo, representaram uma ameaça direta ao regime, evidenciando antagonismo com a ordem escravista, simbolizando o inconformismo dos trabalhadores feitorizados com a ordem vigente (Fiabani, 2012; Moura, 1988).

Ainda de acordo com Fiabani (2012, p. 68, *apud.* Ramos, 1942) “Palmares foi a primeira grande apogeu que o negro escreveu em terras do Brasil. [...] Palmares passou à história brasileira como uma grande tentativa negra de organização de um Estado”. Assim, os quilombos, enquanto ameaça direta ao sistema escravista, fizeram com que os castigos mais severos fossem aplicados especialmente aos líderes quilombolas. Aqueles que atentassem contra a vida do senhor ou de sua família podiam ser condenados à morte, à prisão ou a trabalhos forçados. Já os quilombolas, quando capturados, eram punidos com centenas de chibatadas, administradas ao longo de vários dias (Costa, 1999; Moura, 1988).

Dessa forma, nota-se que a sociedade escravista criou mecanismos repressivos que eram geralmente eficazes na contenção de revoltas. A intervenção policial rapidamente sufocava qualquer levante, e as forças governamentais tinham o apoio da população livre, que temia uma insurreição generalizada (Costa, 1999). As autoridades coloniais empregavam uma legislação despótica, utilizando torturas e punições severas como ferramentas para manter a ordem e evitar levantes, refletindo um estado de pânico constante diante da possibilidade de rebeliões, já que o número de escravizados superava a população branca (Moura, 1988). Contudo, mesmo com essa vigilância, muitos escravizados conseguiram fugir, abrigando-se nas matas, de onde realizavam ataques a fazendas e povoados. Esse ciclo de fuga e resistência se repetia de forma constante, sendo uma marca frequente do período (Costa, 1999).

Moura (1988) e Fiabani (2012) também ressaltam o protagonismo dos negros nas revoltas coletivas, como guerrilhas e insurreições, enquanto expressões organizadas e contínuas de resistência à escravidão. Essas ações foram essenciais na luta contra a opressão, evidenciando uma oposição constante ao sistema escravocrata. No Brasil, os trabalhadores escravizados participaram ativamente de movimentos históricos, como a Inconfidência Mineira, a Inconfidência Baiana e a Revolução dos Alfaiates, entre outros. Ademais, como aponta Fiabani (2012), em muitos casos, o engajamento dos cativos não se dava pelos ideais dos movimentos

em si, mas sim pela busca de liberdade e sobrevivência, evidenciando o caráter multifacetado dessas resistências.

Concomitantemente, elementos culturais também desempenharam um papel crucial na resistência e nas lutas sociais dos negros escravizados no Brasil, sendo a capoeira e as irmandades religiosas exemplos marcantes dessa resistência. A capoeira, desenvolvida por africanos escravizados no período colonial, foi mais do que uma prática simbólica: era uma estratégia concreta de enfrentamento ao opressor, combinando autodefesa física, preservação das tradições africanas e subversão disfarçada. Como destacam Cordeiro e Carvalho (2013), os capoeiristas utilizavam o corpo como arma estratégica, unindo ataque, defesa e resistência cultural.

Paralelamente, as irmandades religiosas, como a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, foram espaços essenciais para a manutenção de práticas africanas sob a aparência da religiosidade católica, promovendo redes de solidariedade e articulação social. Ambas as manifestações, cada uma à sua maneira, fortaleceram a identidade negra e ofereceram meios de sobrevivência e luta contra a violência do sistema escravista, unindo cultura e resistência em uma linguagem de enfrentamento coletivo (Cruz, 2007).

A partir de meados da década de 1850, o Brasil começou a enfrentar crescente pressão internacional por ser a última nação ocidental a manter a escravidão. Esse cenário impôs desafios tanto ao Estado quanto à classe senhorial, que precisaram adaptar suas práticas e justificativas para evitar o isolamento no contexto global. Nesse cenário, abolicionistas de diversas nações compartilharam ideias e estratégias, o que fortaleceu os movimentos em prol da abolição (Alonso, 2014). De acordo com Moura (1988), no período conhecido como escravismo tardio, após 1850, o medo da classe dominante se manifestava de maneira menos direta: a repressão física cedeu lugar a ideais liberais que, sob uma aparência protetora, buscavam perpetuar o sistema escravista.

A abolição da escravidão no Brasil, consolidada com a Lei Áurea em 1888, foi influenciada por fatores externos e internos que transcenderam as lutas sociais e a concessão estatal. Externamente, o país enfrentava pressões internacionais, como a demanda por força de trabalho assalariada promovida pelo capitalismo industrial global e a competição econômica. Internamente, destacaram-se a proibição do tráfico negreiro em 1850, a crescente inviabilidade econômica do trabalho escravo frente ao livre, a chegada de imigrantes para substituir a mão de obra escravizada, a articulação

de campanhas abolicionistas pela intelectualidade e pela classe média, além da resistência contínua dos próprios escravizados (Moura, 2001).

A abolição foi, portanto, resultado de uma confluência de forças: lutas internas pela liberdade e transformações políticas e econômicas externas que pressionaram pela modernização social do Brasil (Moura, 2001). Contudo, o fim da escravidão garantiu apenas a liberdade civil para os afrodescendentes, sem alterar profundamente suas condições materiais de vida, perpetuando desigualdades estruturais que ainda marcam a sociedade brasileira (Silva, 2019).

O MOVIMENTO NEGRO EMERGENTE NO PÓS-ABOLIÇÃO

O período pós-abolição em 1888 no Brasil coincidiu com a Proclamação da República em 1889, mas essa transição política não trouxe mudanças significativas para a condição socioeconômica da população negra (Domingues, 2007). Embora a abolição tenha assegurado a liberdade civil para os trabalhadores escravizados, suas condições materiais de existência permaneceram praticamente inalteradas (Fiabani, 2012).

Em vez de promover a inclusão dos ex-escravos e seus descendentes, a República acentuou sua exclusão, com barreiras políticas, sociais e econômicas que mantinham a população negra à margem da sociedade. Politicamente, as limitações do sufrágio restringiam sua participação; socialmente, as teorias racistas reforçavam estigmas e economicamente, a preferência por mão de obra imigrante europeia dificultava o acesso dos negros a empregos formais (Andrews, 1991).

Dessa forma, segundo Domingues (2007), o movimento negro no Brasil inicia-se em 1889, em meio à marginalização política e econômica. Ex-escravizados e seus descendentes criaram associações de apoio mútuo, como grêmios e clubes, com propósitos culturais e assistencialistas. Estas associações acolhiam trabalhadores de setores como portuários e ferroviários e incluíam organizações exclusivamente femininas, refletindo a amplitude do movimento (Domingues, 2007; Nascimento, 1978).

Paralelamente, nasceu a imprensa negra, uma iniciativa essencial para a comunidade, que tornaram-se veículos de denúncia contra o racismo e locais de expressão para debater questões como educação, saúde e habitação. Esses periódicos denunciavam a segregação em espaços públicos e ajudavam a mobilizar

a comunidade em torno de uma identidade e luta compartilhadas. Nesse período, o movimento negro ainda não tinha um programa político explícito, mas a imprensa e as associações já pavimentavam o caminho para ações mais organizadas (Domingues, 2007).

A imprensa negra no Brasil, em um primeiro momento, entre 1915 e 1923, operava com pouca visibilidade, existindo na penumbra da sociedade brasileira. Nesse período, a preocupação central residia na educação dos jovens negros e na manutenção de uma moralidade elevada, promovendo a ideia de que os negros deveriam adotar comportamentos que fossem vistos como aceitáveis pela sociedade branca. Por conseguinte, surge o jornal “Clarim da Alvorada” (1924), que buscava refletir os anseios de grupos sociais negros que se organizavam em associações recreativas, esportivas e culturais. Entre 1924 a 1937, observa-se uma mudança significativa: de uma simples reivindicação jornalística para uma mobilização política mais estruturada, consolidando a imprensa como um espaço de articulação e resistência (Moura, 1968).

Nos anos 1930, o movimento evoluiu politicamente com a criação da Frente Negra Brasileira (FNB) em 1931, a primeira organização negra com forte engajamento político e milhares de membros em várias regiões, promovendo educação, assistência social, eventos culturais e até um partido político (Domingues, 2007). Em 1933, surge o jornal “A Voz da Raça”, atuando como o órgão oficial da FNB, marcando um momento decisivo na organização política do movimento negro. Esse periódico representava uma tomada de decisão ideológica que colocava o negro em uma posição clara e assertiva no cenário político da época. Nesse período, percebe-se uma importante transformação no discurso, o modelo do negro bem comportado, que buscava aceitação dentro dos padrões impostos pela sociedade branca, dá lugar à afirmação de uma identidade coletiva centrada na descoberta e valorização da raça (Moura, 1968).

Essa fase inicial lançou as bases do movimento negro no Brasil, destacando-se pela busca de inclusão e resistência contra o racismo em diferentes esferas da sociedade (Domingues, 2007). No entanto, em 1936, a FNB transformou-se em partido político a fim de capitalizar o voto da “população de cor”. Influenciada pela conjuntura internacional de ascensão do nazifascismo, essa transformação marcou o final da primeira fase do movimento negro. A FNB alcançou significativa visibilidade e influência, consolidando-se como uma das principais organizações negras no Brasil.

Com o lema “Deus, Pátria, Raça e Família”, semelhante ao integralismo, exceto pela ênfase em “Raça”, a FNB chegou a estruturar uma milícia nos moldes fascistas, demonstrando uma postura autoritária e ultranacionalista (Domingues, 2007; Moura, 1968).

Moura (1968) destaca que nesse momento havia um apoliticismo da imprensa negra em relação à chamada luta de classes, com uma visão abstrata do conceito de pátria e raça, que descambava em anti-socialismo. Esse posicionamento lhes rendeu acesso ao governo Vargas, que atendeu a algumas de suas demandas, o que sinalizava o poder de barganha do movimento. No entanto, com o estabelecimento do Estado Novo em 1937, a FNB e demais organizações foram desmanteladas, marcando o esvaziamento do movimento negro organizado e encerrando essa primeira fase de luta pela integração e afirmação racial no país (Domingues, 2007).

A queda da ditadura do Estado Novo em 1945 trouxe novo fôlego ao movimento negro brasileiro, que voltou à cena política com uma atuação mais ampliada e abrangente, dando início a segunda fase do movimento. Esse ressurgimento foi impulsionado pela persistência das desigualdades raciais, pelo crescimento da marginalização da população negra e pela competição econômica, que tornavam a discriminação ainda mais evidente. A União dos Homens de Cor (UHC), fundada em 1943, foi uma das principais organizações dessa fase, dedicando-se a elevar o nível econômico e intelectual dos negros, e estabeleceu-se em várias regiões do Brasil (Domingues, 2007).

Outro marco desse período foi a fundação do Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1945, no Rio de Janeiro, liderado por Abdias Nascimento. Inicialmente focado em criar um grupo teatral composto por negros, o TEN expandiu suas ações para atividades culturais e educacionais mais amplas. Publicou o jornal “Quilombo”, organizou eventos como o I Congresso do Negro Brasileiro e defendeu os direitos civis dos negros como direitos humanos, propondo a criação de uma legislação antidiscriminatória no país. Além disso, o TEN trouxe ao Brasil influências do movimento de negritude francês, conectando a luta brasileira ao contexto internacional e apoiando a causa dos direitos civis e a luta contra o racismo (Guimarães, 2001).

Nascimento (1978) ressalta que o TEN tinha como principais objetivos resgatar e valorizar a cultura africana, frequentemente reduzida a aspectos folclóricos e insignificantes, e combater o racismo estrutural na sociedade brasileira. Por meio da arte e da educação, buscava conscientizar a classe dominante sobre os preconceitos

etnocêntricos, erradicar práticas teatrais discriminatórias, como o uso de atores brancos maquiados para representar negros, e impedir a perpetuação de estereótipos racistas nos papéis atribuídos a atores negros. Além disso, criticava estudos acadêmicos que tratavam a questão racial de forma superficial e descontextualizada, propondo um debate mais dinâmico e alinhado aos desafios do racismo contemporâneo.

Nesse contexto, observa-se que, para os movimentos negros, a Abolição de 1888 não foi completa, pois não garantiu a integração econômica e social dos negros na nova ordem capitalista. Tanto para a geração da FNB nos anos 1930, quanto para o TEN nos anos 1950, a luta demandava uma segunda Abolição. Essa utopia visava a construção de uma verdadeira democracia racial, constituindo o eixo central da mobilização política dos negros (Guimarães, 2001). No entanto, mesmo com o acúmulo de experiências e maior visibilidade, o movimento negro permaneceu isolado, sem o apoio consistente de partidos políticos, seja à direita ou à esquerda. Esse isolamento dificultou conquistas mais expressivas, relegando as pautas raciais a um lugar secundário no cenário político nacional (Domingues, 2007).

O golpe de 1964 no Brasil instaurou uma ditadura militar com o objetivo de interromper os avanços democráticos e conter as crescentes mobilizações das classes populares, marcando o fim da segunda fase do movimento negro brasileiro (Domingues, 2007). Esse movimento contrarrevolucionário consolidou a hegemonia da grande burguesia monopolista, reorganizando as relações de poder entre as classes sociais e favorecendo interesses políticos e econômicos alinhados ao capitalismo. Ao reprimir a politização da sociedade, o regime militar bloqueou reformas estruturais que poderiam desafiar a concentração de poder econômico e social, impondo um modelo autoritário que restringiu severamente a participação política no país (Ianni, 2019).

Nesse contexto, as forças conservadoras difundiram a ideia de uma suposta democracia racial plenamente realizada na cultura e na formação nacional. Entretanto, como destaca Guimarães (2001), o termo carregava uma ambiguidade, já que para os negros, falar em democracia racial significava reivindicar um direito ainda não materializado, denunciando a exclusão e a desigualdade que persistiam na sociedade brasileira. Sob esse regime, consolidou-se um modelo capitalista autoritário, centralizador e excludente, que reprimiu debates públicos sobre questões sociais, incluindo a questão racial (Ianni, 2019).

Durante os anos de repressão, a discussão sobre o racismo foi praticamente suprimida, e lideranças negras enfrentaram isolamento político e estigmatização. Apesar desse cenário adverso, o movimento negro brasileiro contemporâneo emergiu em oposição tanto à ditadura quanto ao racismo, articulando-se em torno dos desafios e dilemas impostos pela discriminação racial. A especificidade do movimento negro reside em seu foco na luta antirracista, que o diferencia de outros movimentos sociais, ao transformar o enfrentamento ao racismo em sua principal bandeira (Domingues, 2024).

Contra esse sistema despótico, trabalhadores rurais e urbanos, estudantes e intelectuais engajados protagonizaram diversas formas de resistência, das quais os afro-brasileiros participaram ativamente. Nos anos finais da ditadura, lideranças afrodescendentes emergiram, articulando demandas específicas que culminaram na criação do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978. Com o fim do regime militar, a redemocratização trouxe novas esperanças para a população, culminando na promulgação de uma Constituição que simbolizou um marco de renovação e novas possibilidades para a luta por direitos e justiça social (Fiabani, 2012).

Assim, em consonância com a efervescência política das décadas de 1970 a 1980, em um contexto de redemocratização, os movimentos sociais negros passaram a se posicionar fortemente e publicamente contra a ditadura militar, que desarticulou o movimento e levou a um retrocesso significativo na luta contra o racismo. A partir do final da década de 1970, o movimento começou a se reorganizar, influenciado por movimentos populares e a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, assim como pelos movimentos de libertação na África (Domingues, 2007). O MNU representou um marco transformador na luta política negra no Brasil, ao mesmo tempo em que se conectava às mobilizações das décadas de 1930 a 1960.

Guimarães (2001) expõem que nesse momento, a principal frente de combate era a crítica ao mito da “democracia racial”, denunciando as práticas de discriminação e preconceito que marginalizavam a população negra e expondo a ideologia dominante que dificultava a organização de ações antirracistas. Com uma abordagem combativa, o MNU resgatou o protagonismo do movimento negro na política brasileira, articulando a luta contra o racismo a uma crítica mais ampla ao capitalismo, fundamentada em ideais marxistas. Por meio de atos públicos de grande impacto, o

movimento não só uniu diferentes grupos em torno de sua causa, mas também impulsionou ações simbólicas significativas¹ (Domingues, 2007; Soares, 2016).

Nesse processo, o MNU consolida-se como uma entidade nacional de grande relevância na luta antirracista brasileira. Como salienta Soares (2016), o movimento foi considerado um marco na história do Movimento Negro contemporâneo, aprofundando a atuação política e intelectual do movimento, ampliando o debate sobre o racismo no Brasil. Após os anos de 1970, intelectuais negros passaram a liderar essas discussões, introduzindo novas abordagens metodológicas e propondo políticas transformadoras voltadas à redução da desigualdade racial.

Outrossim, o MNU, enquanto pilar na história da resistência e da luta antirracista no Brasil contemporâneo, incorporou elementos da cultura africana e buscou resgatar a identidade étnica negra, celebrando a estética da negritude e uma valorização da cultura e tradições afro-brasileiras. A crescente visibilidade do movimento, juntamente com suas demandas educacionais e culturais, destacou a importância da luta pela igualdade racial e pelos direitos da população negra no Brasil, consolidando uma nova identidade e um fortalecimento da resistência contra a opressão racial (Domingues, 2007).

A resistência negra destacou-se mais no campo cultural do que no político, devido à repressão do regime militar às atividades políticas e à política externa brasileira de aproximação com países da África negra. A nova agenda do movimento priorizou a denúncia do racismo, da discriminação racial e do mito da democracia racial, ao mesmo tempo em que buscava construir uma identidade racial positiva. Por meio de iniciativas inspiradas no afrocentrismo e no quilombismo, o movimento valorizava a herança africana e promovia uma cultura negra que fortalecesse a identidade e a resistência diante da exclusão social e política (Guimarães, 2001).

Os movimentos sociais negros exerceram um papel crucial na conquista de direitos no Brasil, especialmente ao impulsionar a mobilização coletiva e a pressão política, fundamentais para a inclusão dessas garantias na legislação nacional. Com a redemocratização do Brasil, o movimento negro diversificou suas formas de atuação, programas, repertórios e direcionamentos. Apesar dessa pluralidade, consolidou-se como um sujeito coletivo cuja essência é a luta pelos direitos e pela

¹ Essas ações incluem, por exemplo, a reinterpretação do dia 13 de maio, que deixa de ser o dia de comemorar a abolição e passa a ser o Dia de Denúncia Contra o Racismo e a instituição do 20 de novembro como Dia da Consciência Negra.

cidadania da população afro-brasileira. Essa identidade coletiva permanece como a força motriz que orienta suas ações e reivindicações ao longo do tempo (Domingues, 2024).

A intensa articulação social culminou em avanços significativos, como as transformações promovidas pela Constituição Federal de 1988. Nesse mesmo ano, foi criada a Fundação Cultural Palmares, instituída pela Lei nº 7.668 e vinculada ao Ministério da Cultura, com a missão de promover e preservar a cultura afro-brasileira. A fundação tornou-se um marco no reconhecimento e valorização das contribuições históricas e culturais da população negra, consolidando-se como uma peça-chave na formulação de políticas públicas voltadas à preservação da memória, ao fortalecimento da identidade e à promoção dos direitos culturais e sociais dessa população (Silva, 2019).

No início dos anos 2000, o movimento negro no Brasil entra em uma nova roupagem, marcada pela ascensão do *hip-hop* como uma poderosa força cultural e política. Esse movimento popular, com ampla abrangência nacional, rompeu com o discurso tradicional das entidades negras ao incorporar a linguagem das periferias, representando uma geração jovem e inovadora. O *hip-hop* ou *rap*, vindo da sigla em inglês *rhythm and poetry* (ritmo e poesia), consolidou-se como uma ferramenta de ampliação do protagonismo negro, trazendo maior visibilidade à luta por direitos e mobilizando negros e negras em torno de questões sociais e políticas (Domingues, 2007; Paula, 2011).

Paula (2011) reforça que, o *hip-hop* no Brasil, enquanto elemento fundamental para a construção de identidade étnica da população negra, ao contrário dos movimentos juvenis anteriores, como o movimento estudantil das décadas de 1960 e 1970, não é protagonizado pela classe média. Muito pelo contrário, é resultado da construção coletiva dos movimentos negros politicamente organizados e protagonizados majoritariamente por jovens periferizados. Um movimento que se afirma para além de um uma organização social, passando a ser um movimento cultural de afirmação de identidade étnico-racial para grupos historicamente excluídos e marginalizados.

Além disso, o movimento negro no Brasil conquistou avanços expressivos, especialmente com a implementação de políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais nas universidades (Albissú; Simioni, 2021). Essa política tornou-se uma das maiores vitórias da luta antirracista, ao reservar vagas para negros e negras,

especialmente nas instituições públicas de ensino superior, promovendo o acesso a espaços historicamente monopolizados por uma elite branca e de classe alta (Pereira; Maia; Lima, 2020). Além de romper barreiras educacionais, as cotas representaram um passo fundamental na desconstrução das desigualdades estruturais, ampliando as oportunidades de ascensão social e fomentando debates sobre reparação histórica.

Nesse processo, é notável que o movimento negro tem desempenhado um papel fundamental na educação, fruto de longas batalhas em defesa da democracia, atuando como ferramenta para ampliar oportunidades sociais e buscar reparações históricas (Gomes, 2012; 2017). De acordo com Carneiro (2002), o aumento de negros e negras alcançando formação acadêmica reflete uma mudança significativa, na qual eles deixam de ser apenas objetos de pesquisa para se tornarem protagonistas do saber, transformando a universidade em um espaço estratégico para fortalecer sua identidade, ocupando espaços anteriormente pouco acessíveis.

Paralelamente, conforme Pereira e Pereira (2021), o protagonismo das mulheres negras também têm reconfigurado as direções das políticas raciais no país. Sua atuação não apenas amplia os horizontes da luta por justiça social e direitos humanos, mas também fortalece conexões internacionais, trazendo uma perspectiva interseccional que articula raça, gênero e classe. Essa abordagem reafirma o papel central da mulher negra, tanto na construção de uma agenda política transformadora quanto no processo de enegrecimento do feminismo, que passa a incluir de forma mais contundente as experiências das mulheres negras (Gonzalez, 1982; Domingues, 2024).

Soares (2016) diz que a exclusão histórica dos negros no Brasil afetou sua inserção em áreas fundamentais como economia, educação, cidadania, espaços de poder e produção de conhecimento. Essa exclusão não é uniforme, mas varia de acordo com o contexto, demandando reflexões e estratégias e reflexões específicas para cada área, uma vez que os espaços de exclusão não dialogam nem discutem estratégias comuns. Posto isso, as mulheres negras, enfrentando tanto desigualdade racial quanto de gênero, buscaram se organizar de forma independente, criando nos anos 1980 o Movimento de Mulheres Negras. Esse movimento, além de atuar nacionalmente, se conecta a redes internacionais, demonstrando sua relevância na luta por igualdade e as interseccionalidades que se atravessam.

A partir dessa liderança, novos caminhos têm sido forjados, promovendo uma luta mais inclusiva e alinhada às demandas históricas e contemporâneas do movimento negro. Portanto, atualmente, observa-se uma ampliação significativa do movimento, tanto em termos de alcance quanto de protagonismo, com novas vozes, agendas interseccionais e maior articulação nacional e internacional (Gonzalez, 1982; Domingues, 2024). Essa característica vem se alinhando com o que era proposto pelo TEN na década de 1950 e pela MNU na década de 1970, que dentre as diversas causas, buscava a ampliação do movimento.

Os anos 2000 foram marcados por avanços significativos nas conquistas do movimento negro, especialmente no campo da legislação antirracista, consolidando uma trajetória de luta que remonta a períodos anteriores a 1888. A histórica pressão do movimento negro brasileiro resultou em um Estado mais responsivo e em um movimento politicamente organizado, viabilizando a criação de políticas públicas e programas relevantes, como a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). No campo educacional, destacaram-se avanços como a homologação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo da educação básica, além da implementação das políticas de cotas raciais, ampliando o acesso de estudantes negros ao ensino superior (Soares, 2016).

Contudo, essa ampliação reforça a permanência das demandas históricas, revelando que os desafios enfrentados desde 1889, no período pós-abolição, ainda são uma realidade. As transformações nas estratégias e na organização política do movimento negro mantêm como pautas centrais o combate ao racismo estrutural, a luta pela igualdade racial e a valorização da identidade negra. Assim, a trajetória do movimento negro no Brasil evidencia não apenas sua continuidade, mas também sua resiliência, destacando seu papel essencial na formação sociohistórica do país, influenciando e acompanhando as transformações ao longo da história brasileira.

BREVES CONSIDERAÇÕES

A história do movimento negro está intrinsecamente ligada à formação da sociedade brasileira, sendo impossível dissociar essas trajetórias (Domingues, 2024). Desde o período colonial, a população negra enfrentou adversidades extremas e respondeu com intensa organização e resistência, seja criando irmandades religiosas,

quilombos ou outras formas de associação para preservar sua identidade e lutar por autonomia.

Com o fim da escravidão, essas iniciativas se reinventaram em associações, clubes sociais e movimentos que buscavam integração racial e direitos educacionais e trabalhistas. Ao longo do século XX, essas lutas deram origem a um movimento negro mais consolidado, culminando no Movimento Negro Unificado na década de 1970, em um contexto de redemocratização que permanece ativo até os dias de hoje.

Em todo o processo, permeado de transformações, avanços e retrocessos, essas organizações articularam bandeiras de luta que incluem o combate ao racismo, a violência policial, e a luta por políticas que garantam dignidade, como acesso à educação, emprego, lazer e o reconhecimento da cultura afro-brasileira. Ao longo dessa trajetória, o movimento negro incorporou demandas fundamentais que dialogam com a ideia de reparação histórica e afirmação cultural, buscando valorizar as heranças africanas e proteger direitos religiosos, sociais e políticos.

As ações afirmativas, como as cotas raciais e as iniciativas de promoção da igualdade social, são frutos dessa luta que não apenas denuncia o racismo estrutural, mas propõe alternativas emancipatórias. Essas bandeiras demonstram a continuidade e profundidade das reivindicações, que sempre buscaram superar as condições de exclusão e desigualdade enfrentadas pela população negra, consolidando espaços de protagonismo e resistência.

Como Gomes (2017) destaca, a existência e atuação do movimento negro foram essenciais para que muito do que se sabe hoje sobre a cultura afro-brasileira e a questão racial viesse à tona. Apesar das tensões, desafios e limites enfrentados, o movimento foi capaz de promover debates críticos e emancipatórios que sustentaram a luta por igualdade racial e cidadania. Sem essa resistência, políticas públicas destinadas à população negra não teriam sido implementadas, e a sociedade brasileira seguiria sem reconhecer a importância de uma história marcada pela luta por justiça social do povo negro.

REFERÊNCIAS

ALBISSÚ, Diana de Fátima; SIMIONI, Carlos Alberto. **Movimentos sociais e democracia: o movimento negro no Brasil**. Humanidades em Perspectivas, v. 3, n. 7, p. 35-52, 2021. Disponível em: <https://revistasuninter.com/revista->

[humanidades/index.php/revista-humanidades/article/view/154](https://www.scielo.br/humanidades/index.php/revista-humanidades/article/view/154). Acesso em: nov. 2024.

ALMEIDA, Márcia Regina Galvão de; NASCIMENTO, Elaine Ferreira do. **Ocupação, Produção e Resistência: terras quilombolas e o lento caminho das titulações**. Interações (Campo Grande), v. 23, n. 4, p. 945-958, 2022. DOI: 10.20435/inter.v23i3.3520. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/SNmc5Kn3BCRDkqHqCdd8KNh/?lang=pt>. Acesso em: nov. 2024.

ALONSO, Angela. **Abolicionismo Como Movimento Social**. Novos Estudos, n. 100, 2014. DOI: 10.1590/S0101-33002014000300007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/CrVbxyNKtm7vCZWxXgRz6qg/?lang=pt>. Acesso em: nov. 2024.

ANDREWS, George Reid. **Protesto Político Negro em São Paulo, 1888-1988**. Estudos Afro-Asiáticos, v. 21, p. 27-48, 1991. Disponível em: <https://d-scholarship.pitt.edu/21324/>. Acesso em: nov. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Movimento Negro no Brasil: novos e velhos desafios**. Caderno CRH. Salvador, n. 36, p. 209-215, jan./jun. 2002. DOI: 10.9771/ccrh.v15i36.18633. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18633/12007>. Acesso em: jan. 2025.

CORDEIRO, Albert Alan de Sousa; CARVALHO, Nazaré Cristina. **Capoeira, do Crime à Legalização: uma história de resistência da cultura popular**. Revista Trilhas da História, v. 2, n. 4, p. 68-81, 2013. Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/417>. Acesso em: nov. 2024.

COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CRUZ, Teresa Cristina de Carvalho. **As Irmandades Religiosas de Africanos e Afrodescendentes**. PerCursos, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 03-17, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1525>. Acesso em: nov. 2024.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo, v. 12, p. 100-122, 2007. DOI: 10.1590/S1413-77042007000200007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/>. Acesso em: nov. 2024.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: do denunciamento às políticas de igualdade racial**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 121, p. e121042pd, 2024. DOI: 10.1590/0102-001042pd/121. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/WzwFZNRcCQXcRJBf7z9xgtxn/>. Acesso em: nov. 2024.

FIABANI, Adelmir. **Mato, Palhoça e Pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes**. São Paulo: Expressão Popular, 2ª ed., 2012.

FONSÊCA, Humberto José; SILVA, Zoraide Portela. **Quilombos: escravidão e resistência**. ODEERE, v. 5, n. 9, p. 234-250, 2020. DOI: 10.22481/odeere.v5i9.6573. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7883143.pdf>. Acesso em: nov. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça**. Educação & Sociedade, v. 33, p. 727-744, 2012. DOI: 10.1590/S0101-73302012000300005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wQQ8dbKRR3MNZDJKp5cfZ4M/>. Acesso em: jan. 2025.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

GONZALEZ, Lélia. **O Movimento Negro na Última Década**. In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar de Negro. Editora Marco Zero Limitada. Rio de Janeiro. 1982.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Democracia Racial: o ideal, o pacto e o mito**. Novos Estudos Cebrap, v. 61, n. 3, p. 147-162, 2001. Disponível em: https://arquivo.ibccrim.org.br/docs/humano_2014/quimaraes.pdf. Acesso em: nov. 2024.

IANNI, Octavio. **A Ditadura do Grande Capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MOURA, Clóvis. **Cem Anos de Abolição do Escravismo no Brasil**. São Paulo: Princípios, n. 15, p. 3-8, 1988. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/moura/1988/05/escravismo.htm>. Acesso em: nov. 2024.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2ª ed., 2014.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. Teresina: EdUESPI, 5ª ed., 2021.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas**. São Paulo: Editora Ciências Humanas LTDA, 3ª ed., 2001.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1968.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Paz e Terra S.A., 1978.

PAULA, Benjamin Xavier de. **O movimento hip hop e a construção da identidade negra/juvenil**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 2, n. 5, p. 63-73, 2011. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/339>. Acesso em: jan. 2025.

PEREIRA, Aline; PEREIRA, Vantuil. **Miradas sobre o poder: a nova agência política do movimento negro brasileiro (2004-2021)**. Revista Brasileira de História, v. 41, n. 88, p. 33-56, 2021. DOI: 10.1590/1806-93472021v41n88-04. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/4H5gHPSXWBbK5L8Qk3XNcpG/?lang=pt>. Acesso em: nov. 2024.

PEREIRA, Amilcar Araujo; MAIA, Jorge Lucas; LIMA, Thayara Cristine Silva de. **Os “Rolês” do Movimento Negro Brasileiro na Atualidade, nas “Pegadas” da Educação**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, p. 162-183, 2020. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i75p162-183. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/n5t36tkzLX7YvFc3PThcr9m/>. Acesso em: nov. 2024.

PEREGALLI, Enrique. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Global, 2001.

SILVA, Allyne Andrade e. **Direito e Políticas Públicas Quilombolas**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.

SILVA, Eusébio Lôbo da. **O Corpo na Capoeira**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

SOARES, Iraneide da Silva. **Caminhos, Pegadas e Memórias: uma história social do Movimento Negro Brasileiro**. Universitas: Relações Internacionais, v. 14, n. 1, 2016. DOI: 10.5102/uri.v14i1.3686. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/3686>. Acesso em: jan. 2025.

Adrielle Gonçalves Santos

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV), área de concentração: Política Social. Linha de Pesquisa: Trabalho, Questão Social e Política Social.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3820734976674657>
